

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita diz que medida provisória passou por negociação com bancos 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impacto de R\$ 16 bi em 2025 5

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regras criadas na reforma da Previdência vão cair 7

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF reduz multa por sonegação 9

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP muda regra para cálculo de IRPJ e CSLL de bancos 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Deficit do governo no ano chega a R\$ 100 bilhões 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo central tem déficit de R\$ 22,4 bi em agosto 13

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit primário de mais de R\$ 22,4 bi 14

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Mesário tem direito à folga por trabalhar nas eleições? Veja o que diz a lei 15

O GLOBO - RJ - ESPECIAL PETRÓLEO E GÁS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Criticas a imposto seletivo sobre setor 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Representantes desaprovam reforma tributária antes da administrativa 19

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que se propõe com ITCMD sobre grandes patrimônios na reforma tributária? 21

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

'A próxima reforma deveria ser a administrativa', diz Henrique Meirelles ao g1 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Medidas só virão após bloqueio de bets 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Outra medida cria imposto mínimo de 15% para múltis 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo apura uso de CPFs do Bolsa Família em bets..... 29

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Brasil pode atingir o grau de investimento..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
POLÍTICA

Como eleições municipais podem impactar as eleições de 2026?..... 33

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
POLÍTICA

Com reforma política e polarização, partidos ficam mais fiéis a suas ideologias ao formar
coligações, indica pesquisa
..... 37

Receita diz que medida provisória passou por negociação com bancos

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O governo publicou na quarta-feira, em edição extra do Diário Oficial da União, uma medida provisória que vai aumentar em R\$ 16 bilhões a arrecadação federal de 2025. Esses recursos não estavam previstos no projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso Nacional, no fim de agosto, e vão ajudar a melhorar o resultado das contas públicas no ano que vem - num momento em que aumentam no mercado financeiro as dúvidas sobre a efetividade da meta de déficit zero.

Apesar da estimativa de maior arrecadação, esse valor poderá ser usado para corrigir receitas que estejam superestimadas ou renúncias que possam estar subestimadas na peça orçamentária. Dessa forma, o efeito sobre o Orçamento seria nulo no ano que vem, segundo técnicos da equipe econômica, sem melhorar o resultado primário.

Pelo texto da medida provisória, os bancos vão começar a deduzir o estoque de crédito inadimplente da base de cálculo de dois **tributos** - o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - em janeiro de 2026, e não mais em janeiro de 2025, como estava previsto anteriormente.

Sem essa dedução, o governo vai conseguir arrecadar mais.

Segundo a subsecretária de Tributação e Contencioso da **Receita Federal**, Cláudia Pimentel, e o subsecretário de Reformas Microeconômicas e Regulação Financeira, Vinícius Brandi, a medida provisória foi editada a pedido dos próprios bancos e, por conta disso, contou com a interlocução do Banco Central.

"Não é medida arrecadatória, é prudencial, foi negociada com o setor, com o Banco Central. Os bancos precisavam de mais prazo para esse reconhecimento, para não ter todo o seu lucro absorvido no balanço. Faz parte da adequação das normas bancárias", afirmou Cláudia.

A medida provisória altera uma lei de 2022 que uniformizou os critérios contábeis e fiscais para o registro de dedução das perdas com inadimplência.

"Havia um descasamento, principalmente antes de 2022, para fins contábeis, entre o reconhecimento da perda com inadimplência pelos bancos e o reconhecimento dessas perdas para fins tributários.

A lei buscou a convergência entre essas duas regras.

O que a medida provisória faz é dar mais prazo para os bancos", disse Brandi.

MUDANÇA. De acordo com a lei de 2022, os bancos tinham 36 meses, a partir de janeiro de 2025, para deduzir todo o estoque de inadimplência de anos anteriores.

Agora, eles terão um ano de carência, passando para 2026, e um alongamento do prazo para sete anos - podendo chegar a 10 anos.

Segundo o governo, esse prazo maior para o reconhecimento da inadimplência vai beneficiar os bancos porque os créditos tributários, no setor financeiro, são considerados ativos "sem liquidez", já que não há certeza sobre quando eles poderão abater esse **impostos**. Por isso, o banco é obrigado a fazer provisões de capital, para compensar as perdas previstas em empréstimos inadimplentes.

Nesse sentido, a medida provisória ajudaria os bancos, porque nem todos teriam lucros suficientes ou base tributária para fazer as compensações num prazo de três anos.

Expirado esse prazo, o crédito tributário teria de ser lançado no balanço como um "prejuízo fiscal" - o que exigiria aporte de capital ainda maior.

No fim das contas, o pedido do setor financeiro foi bom para a Fazenda, que conseguiu uma arrecadação adicional de R\$ 16 bilhões, e para os bancos, que ganharam um prazo maior para fazer essas compensações.

Os R\$ 16 bilhões adicionais que vão entrar nos cofres do governo são os recursos que seriam deduzidos pelos bancos, do estoque do crédito inadimplente.

Como existe a regra de noventena, para a CSLL, e o princípio de anterioridade para o IRPJ, o governo foi obrigado a editar a medida provisória para que seu

efeito fosse imediato.

"Não é medida arrecadatória, é prudencial, foi negociada com o setor, com o Banco Central.

Os bancos precisavam de mais prazo para esse reconhecimento (das perdas com inadimplência), para não ter todo o seu lucro absorvido no balanço" Cláudia Pimentel Subsecretária de Tributação e Contencioso da Receita

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Impacto de R\$ 16 bi em 2025

**GERALDA DOCA, THAÍS BARCELLOS E VINÍCIUS
NEDER**

Governo federal editou ontem uma medida provisória (MP) que tem o efeito de elevar em mais de R\$ 16 bilhões a arrecadação de 2025. A medida, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, alonga o período em que os bancos vão poder reconhecer créditos tributários e pagar menos **impostos** por causa de inadimplência. O Ministério da Fazenda afirma que a proposta foi um pedido dos próprios bancos, negociada com o Banco Central.

Conforme a proposta orçamentária de 2025, o governo prevê cerca de R\$ 168 bilhões em receitas extras para fechar as contas. A meta é de déficit zero, com limite de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O recurso extra previsto na MP, porém, não está na conta e nem prevista no Orçamento de 2025. Assim, é um reforço no caixa do governo equivalente a cerca de 10% do montante necessário para fechar as contas. A MP já está em vigor, mas precisará ser analisada pelo Congresso em até 120 dias. Em três anos, a MP pode permitir arrecadação adicional de mais de R\$ 35 bilhões, de acordo com pessoas com conhecimento sobre o assunto.

A Fazenda disse, em nota, que os recursos arrecadados serão destinados a outros projetos de lei que podem melhorar o sistema tributário, para torná-lo "mais justo e eficiente", sem detalhar quais propostas seriam essas.

A **Receita Federal**, porém, descartou usar a arrecadação como forma de compensar uma eventual elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física. O órgão citou mudanças em regras de aplicações financeiras e a revisão das normas de tributação de subsidiárias operacionais no exterior das empresas brasileiras -projetos que podem ser enviadas ao Congresso Nacional.

"NÃO É ARRECADATÓRIO"

O tema alvo da MP é complexo, mas acaba beneficiando os dois lados. Os bancos terão alívio no seu capital, podendo emprestar mais recursos para clientes. E a Fazenda aumenta a arrecadação diante do desafio de melhorar as contas.

A medida adia a entrada em vigor de uma lei aprovada em 2022, durante o governo Bolsonaro, que alterou

critérios para o registro e dedução de perdas no balanço dos bancos. O prazo para adequação passou de janeiro de 2025 para janeiro de 2026. Além disso, o período para fazer as compensações tributárias foi alongado de três anos para ao menos sete anos e no máximo dez anos.

Ao conceder crédito, os bancos pagam Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Quando um cliente não paga o empréstimo, as instituições financeiras podem abater o imposto já pago de novos **tributos**. É um ativo que os bancos têm junto ao governo.

Quando o cliente fica inadimplente, o banco faz reserva de capital para cobrir eventuais perdas. A mudança de critério prevista na MP foi considerada vantajosa porque o prazo de três anos para compensações tributárias previsto na lei aprovada em 2022 era considerado curto. Nem todos teriam lucro ou imposto a pagar suficiente para efetuar compensações nesse período.

O governo ganha porque os **tributos** pagos pelos bancos no ano que vem não serão descontados por essa regra.

A MP foi anunciada um dia após a reunião entre o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, e o ministro da Fazenda, Fernanda Haddad, em Brasília.

Um dos temas tratados no encontro entre Haddad e Sidney foi a necessidade de manter a concessão de crédito na economia, além da regulamentação das bets. Segundo o presidente da Febraban, o ritmo de crédito está no melhor momento desde a pandemia.

A subsecretária de Tributação e Contencioso da **Receita Federal**, Claudia Pimentel, afirmou que a MP é positiva para o governo, mas nega que tenha fins arrecadatórios: -Essa medida não é arrecadatória. Ela é prudencial, foi proposta pelo Banco Central e alinhada à Fazenda e negociada com o setor. Os bancos precisavam de mais prazo.

Para Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da gestora ARX Investimentos, a medida reforça a percepção de que a estratégia da equipe econômica para buscar o equilíbrio nas contas públicas está focada apenas na alta da arrecadação: -As medidas pelo lado da receita são rápidas e âncoras da política

macrofiscal, enquanto as ações de ganho de eficiência e estruturais são, quando muito, cartas de intenções não materializadas.

O economista avaliou como negativo o fato de que o ponto principal da medida é o adiamento da possibilidade de dedução. Ou seja, o aumento de arrecadação se dará apenas em 2025.

Contas têm déficit de R\$100bi no ano

As contas do governo central registraram déficit primário de R\$22,404 bilhões em agosto, conforme dados divulgados pelo Tesouro Nacional. O dado reúne as contas do Tesouro, do Banco Central e do **INSS**. Para o mês, é o melhor resultado desde 2021.

No ano, porém, o resultado é deficitário em R\$ 99,997 bilhões, enquanto em 12 meses o rombo é de R\$227,5 bilhões (1,98% do **PIB**).

O resultado do governo central de agosto foi puxado pela **Previdência Social**, que registrou déficit de R\$18,895 bilhões. O Tesouro Nacional apresentou resultado deficitário de R\$3,405 bilhões, enquanto o Banco Central ficou negativo em R\$104 milhões.

-O grande fator de desequilíbrio fiscal continua sendo a Previdência - destacou o secretário do Tesouro Nacional. Rogério Ceron.

A meta para 2024 é de resultado zero com intervalo de tolerância de 0.25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que permite déficit de até R\$ 28.8 bilhões.

Houve aumento de R\$ 2,6 bilhões em benefícios previdenciários e de R\$ 1,2 bilhão dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC). ahaísBarcellos)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Regras criadas na reforma da Previdência vão cair

Rodrigo Péret

O governo federal deve sofrer derrotas no Supremo Tribunal Federal (STF) em ações que questionam a reforma da Previdência e que resultarão num impacto fiscal de pelo menos R\$ 132,6 bilhões. Ao todo, são oito regras que poderão ser afetadas, em 13 ações protocoladas.

O número é apontado em nota técnica da Advocacia-Geral da União (AGU). Embora o julgamento das ações na Suprema Corte esteja suspenso por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes feito em junho, outros dez ministros já votaram e formaram maioria para derrubar trechos da reforma.

Em dois deles, a União deverá ser impedida de acionar gatilhos que poderiam reduzir o déficit atuarial do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) em RS 126,5 bilhões.

Também foi formada maioria para derrubar o artigo que cria cálculos diferenciados para as alíquotas da contribuição paga por mulheres no regime geral e no regime do serviço público.

Esse último caso tem risco fiscal estimado em R\$ 6,1 bilhões para o RPPS, de acordo com a nota da AGU. Até a proclamação do resultado, os integrantes da Corte ainda podem alterar seus votos.

Os reveses para a reforma da Previdência, em vigor desde 2019,

acontecem num momento em que especialistas já alertam sobre a necessidade de um novo endurecimento das regras, diante do rombo cristalizado nas contas públicas que deve se aprofundar nos próximos anos.

O economista Helder Siqueira Júnior defende a ação do STF em derrubar trechos da Reforma.

"Retrocessos foram a tentativa do governo anterior de economizar recursos com o sistema previdenciário. Trata-se de uma rede de proteção social e não existe motivo para ser superavitária", afirma.

O assunto chegou à Corte por meio de 13 ações, que, no total, podem representar um déficit atuarial no

RPPS de R\$ 497,9 bilhões.

MENDES pediu vista em junho, mas outros 10 ministros já votaram e formaram maioria para derrubar regras

Multado Fisco por sonegação limitada a 100% do débito

O Supremo Tribunal Federal (STF) limitou em 100% do débito tributário a multa aplicada pelas receitas de União, estados e municípios por sonegação, fraude ou conluio. A decisão foi tomada por unanimidade, ontem.

O percentual atual de 150% só deve ser aplicado em casos de reincidência, de acordo com a decisão. A regra vale até que o Congresso delibere sobre o tema. O entendimento será aplicado a todos os processos administrativos e judiciais em andamento.

O STF também definiu que aqueles que pagaram multas acima de 100% entre dezembro de 2023 até outubro de 2024, quando a decisão foi tomada pelo Supremo, poderão pedir a restituição do valor excedente. Em outubro de 2023 entrou em vigor uma lei que trata do voto de minerva do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e outros pontos da agenda de multas por questões tributárias.

O processo começou a ser discutido pelo Supremo em um julgamento realizado no plenário virtual. Mas acabou sendo transferido para o plenário físico após um pedido de destaque do ministro Flávio Dino.

ANÁLISE

Jorge D'Ambrósio.

economista

"É preciso entender que conta não fecha"

"Quando se fala de previdência, é sempre complicado. Mas as pessoas precisam entender que a conta não vai fechar.

O funcionalismo público ganha salário maior e quer contribuir como os outros, que ganham menos. Se o Supremo realmente fizer essa mudança, é algo preocupante.

O funcionalismo público deveria sim ter uma alíquota flexível, aumentando ou diminuindo de acordo com a situação da previdência.

Se realmente a regra for derrubada, uma nova reforma previdenciária deve acontecer cada vez mais em breve, porque o governo gasta muito e precisará compensar esse impacto".

AS OITO REGRAS

1 Progressividade da alíquota

AÇÃO DISCUTE a regra de progressividade nas alíquotas no Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS), ou seja, o regime de aposentadoria dos **servidores públicos**.

ATÉ 2019, a alíquota de contribuição dos servidores federais estava fixada em 11%. A Reforma introduziu a progressividade da alíquota, que passou a variar de 7.5% a 22%, dependendo do salário do servidor. A discussão está empatada.

2 Ampliação da base de cálculo

A REFORMA permitiu a ampliação da base de cálculo de aposentados e pensionistas, se houve déficit no regime dos servidores, caso as contribuições ultrapassem um salário mínimo. Já há maioria para derrubar esse trecho da reforma.

3 Contribuição extraordinária

A REFORMA também permitiu a contribuição extraordinária a servidores quando os rendimentos forem maiores que um salário mínimo e quando houver déficit atuarial, ou seja, um déficit ao longo do tempo.

JÁ HÁ MAIORIA para derrubar esse trecho.

4 Regras de transição

HÁ DOIS BLOCOS de processo que tratam das regras de transição do antigo regime para o novo regime de Previdência -cia, no caso dos servidores. Em ambos, já há maioria para manter as regras.

UM DOS BLOCOS trata das regras que permitem a aposentadoria considerando idade mínima e tempo de contribuição. Outro conjunto de ações trata da criação do "pedágio" de 0% do tempo que faltaria para atingir 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos para homens.

5 Cálculo pela média

A REFORMA estabeleceu que será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições o regime próprio de **previdência social** e ao RGPS, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares.

A EMENDA também proíbe a criação de novos regimes próprios de aposentadoria por União, estados e municípios - como forma de evitar aumento de déficit. Já há maioria para manter as regras da reforma.

6 Diferença entre mulheres

A REFORMA instituiu um cálculo diferenciado para as aposentadorias para mulheres do setor privado, mas não para as servidoras públicas. Por isso, uma ação em discussão pede isonomia entre as regras. Já há maioria para derrubar a regra.

7 Incapacidade

A REFORMA impede a aposentadoria integral (100% da média de contribuição) por incapacidade causada por doença grave, contagiosa ou incurável no setor público. Já há maioria para manter a regra.

8 Doenças incapacitantes

A REFORMA revogou regra que es-

tabelecia que a contribuição previ-denciária de aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes incide apenas sobre as parcelas de proventos que superassem duas vezes o limite máximo estabelecido para o regime geral da previdência. Já existe maioria para manter essa regra.

Já julgada

O PLENÁRIO DO STF já validou a nova regra de cálculo das pensões por morte de segurados do RGPS antes da aposentadoria. Por maioria, o co-legiado declarou constitucional regra da reforma da Previdência de 2019 que fixou os novos critérios para a concessão do benefício.

STF reduz multa por sonegação

O Supremo Tribunal Federal (STF) reduziu nesta quinta-feira a multa aplicada pela **Receita Federal** em casos de sonegação de **impostos**. O percentual foi reduzido de 150% para 100%, exceto em casos de reincidência. A decisão foi unânime.

A tese aprovada pelos ministros foi a seguinte: "Até que seja editada lei complementar federal sobre a matéria, a multa tributária qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio limita-se a 100% do débito tributário, podendo ser de até 150% caso se verifique a reincidência".

O STF buscou um meio termo entre um valor considerado excessivo, que na avaliação dos ministros tem caráter de confisco, o que é inconstitucional, e um percentual muito baixo, insuficiente para inibir a sonegação.

"A multa tributária não é, em termos técnicos, acessória da obrigação de pagar **tributos**.

Elas são contribuições e obrigações principais", defendeu o ministro Dias Toffoli, relator do processo.

A decisão tem repercussão geral, ou seja, vale para todo o território nacional. Os percentuais fixados pelos governos estaduais e municipais serão mantidos, se forem iguais ou menores a 100%.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11225>

MP muda regra para cálculo de IRPJ e CSLL de bancos

Por **Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana - De Brasília**

Uma nova norma do governo federal permitirá que instituições bancárias possam estender o prazo para a dedução de perdas decorrentes de inadimplência da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. Na prática, a Medida Provisória (MP) nº 1.261, segundo especialistas, vai melhorar a liquidez do sistema financeiro e poderá gerar, estima o Ministério da Fazenda, uma arrecadação adicional de R\$ 16 bilhões no ano de 2025.

Publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União de ontem, a nova MP altera a Lei nº 14.467/2022, sobre o tratamento tributário aplicável a esse tipo de perda. Antes, as perdas apuradas até 31 de dezembro de 2024, sujeitas à regra de transição da lei, seriam deduzidas em 36 parcelas mensais, a partir de abril de 2025. Agora, com a MP, elas só serão abatidas a partir de 1º de janeiro de 2026, em 84 ou 120 parcelas.

O Ministério da Fazenda prevê usar uma parte dos R\$ 16 bilhões para o resultado primário de 2025, disseram fontes ao Valor. "Esses recursos serão destinados para outros projetos de lei que podem melhorar o sistema tributário para torná-lo mais justo e eficiente, como as aplicações financeiras e a revisão das regras de TBU [tributação de subsidiárias de empresas brasileiras no exterior]", explicou a Fazenda.

Segundo uma fonte, o projeto de lei das aplicações financeiras, que vai uniformizar algumas regras para operação em bolsa de valores, deve ser enviado ainda este mês ao Congresso Nacional. Inicialmente, ele seria neutro do ponto de vista de arrecadação.

A meta fiscal de 2025 é de déficit zero, assim como a deste ano. Os R\$ 16 bilhões entrarão de forma adicional em relação à previsão de receitas extraordinárias previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025, enviado ao Congresso no fim de agosto.

Em entrevista coletiva à imprensa realizada ontem, a subsecretária de Tributação e Contencioso da **Receita Federal**, Cláudia Pimentel, afirmou que a nova MP não é arrecadatória, mas sim prudencial. Ela explica que o impacto da medida, em termos de arrecadação, será maior no ano de 2025, passando a ser apenas

residual a partir de 2026.

"A medida foi negociada com o setor bancário, já que os bancos precisavam de mais prazo para o reconhecimento das perdas", disse a subsecretária. Segundo ela, a norma foi proposta pelo Banco Central, com o alinhamento do Ministério da Fazenda, para adequar as normas brasileiras ao padrão internacional.

Cláudia, contudo, negou que parte da arrecadação extra de R\$ 16 bilhões prevista seja usada para o reajuste da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), uma promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Esse valor pode ser usado em outros projetos, mas não vai ser utilizado para [a tabela do] IRPF", disse.

Ainda de acordo com a subsecretária da **Receita Federal**, a MP foi enviada antes de os projetos de lei que serão beneficiados ficarem prontos, porque há o prazo da noventena para mudanças em relação à CSLL entrarem em vigor. A Constituição Federal somente permite que novas regras sobre a contribuição entrem em vigor após decorridos 90 dias da publicação. Em relação ao IRPJ, vale o princípio da anualidade, que faz com que mudanças no imposto apenas possam valer no ano seguinte.

Conforme informou o Valor, o governo federal enviou ao Congresso um orçamento equilibrado, mas há mais de R\$ 160 bilhões em receitas que ou dependem de aprovação do Legislativo ou estão atreladas a medidas administrativas incertas, como as relacionadas ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e acordos por meio de transações tributárias.

Segundo a advogada Elisa da Costa Henriques, sócia da área tributária do Velloza Advogados, a nova MP é muito importante para o mercado. "A perda relativa à inadimplência é um dos elementos considerados para a definição do spread bancário", afirma.

A Lei nº 14.467, diz Elisa, alinhou os critérios usados para o reconhecimento das perdas para fins tributários com os critérios que já eram observados pela regra contábil. "Contudo, a regra de transição da lei para os novos critérios determinava as 36 parcelas. Assim, alguns bancos teriam mais perdas do que lucro, tendo que apurar prejuízo fiscal, cujo aproveitamento é anual, mas até o limite da trava de 30%", diz. "Agora,

esse alargamento do prazo pela MP será interessante para algumas instituições financeiras", acrescenta.

O problema, de acordo com a advogada, foi a medida ter vindo como regra e não opção. "Isso porque o saldo de perdas entre as instituições financeiras varia muito", afirma. "Na prática, essa obrigatoriedade trazida pela medida provisória pode resultar que algum banco venha a recolher mais tributo." (Colaborou Laura Ignacio, de São Paulo)

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2024/10/04/mp-muda-regra-para-calculo-de-irpj-e-csll-de-bancos.ghtml>

Deficit do governo no ano chega a R\$ 100 bilhões

» **RAPHAEL PATI**

As contas públicas do governo registraram deficit primário de R\$ 22,4 bilhões em agosto, segundo relatório divulgado ontem pela secretaria do Tesouro Nacional.

O dado se refere ao chamado governo central, composto pelo Tesouro Nacional, Banco Central e pela **Previdência social**.

No acumulado do ano até agosto, o governo central atingiu deficit primário de R\$ 100 bilhões.

Durante a coletiva para detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, comemorou a revisão da nota de crédito do Brasil pela agência de risco Moody's, de Ba2 para Ba1, concretizada no início da semana.

A posição coloca o país a um passo do "grau de investimento", que é uma colocação que indica que o país é bom pagador e não tem o risco de dar calote nos credores.

Na avaliação de Ceron, o Brasil já poderia ter grau de investimento, com base na metodologia aplicada pelas agências. "Pela metodologia da maior parte dessas agências, nós já poderíamos ter grau de investimento", disse.

"Nós temos algumas penalizações qualitativas que seguram a nossa nota quantitativa, em função de algumas incertezas e riscos. Então é preciso fazer um debate um pouco mais técnico e concentrado sobre isso", complementou Ceron.

O secretário projetou que o país deverá receber grau de investimento até o fim de 2026, o que representaria, segundo ele, o "grande legado" para a política fiscal.

Deduções Também ontem, foi publicada uma medida provisória (MP) que permite um prazo maior para instituições bancárias deduzirem perdas decorrentes de inadimplência da base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

De acordo com cálculos realizados pelo Ministério da

Fazenda, as novas regras devem gerar uma arrecadação extra de, pelo menos, R\$ 16 bilhões em 2025.

Esse valor adicional considera apenas as despesas do ano que vem, apesar de não constarem no atual Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Segundo o governo, esse valor poderia ser utilizado para outros projetos de lei que aprimorem o sistema tributário.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6498/04-10-2024.html?all=1>

Governo central tem déficit de R\$ 22,4 bi em agosto

I AMANDA PUPO e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

As contas do governo central registraram déficit primário de R\$ 22,404 bilhões em agosto.

O resultado - que engloba Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central - veio praticamente em linha com as expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava para um rombo de R\$ 22,30 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast.

Em 12 meses até agosto, o governo central apresenta déficit de R\$ 227,5 bilhões, o equivalente a 1,98% do **PIB**. Desde janeiro de 2024, o Tesouro passou a informar a relação do volume de despesas sobre o **PIB**, uma vez que o arcabouço fiscal busca a estabilização dos gastos públicos. No mesmo período, as despesas obrigatórias somaram 18,4% em relação ao **PIB**, enquanto as discricionárias do Executivo alcançaram 1,8%.

Para 2024, o governo persegue duas metas. A primeira é a de resultado primário, que deve ser neutro (0% do **PIB**), permitindo uma variação de 0,25 ponto porcentual para mais ou menos, conforme estabelecido no arcabouço. O limite seria um déficit de até R\$ 28,8 bilhões. A outra prevê um limite de despesas, que é fixo em R\$ 2,089 trilhões neste ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Déficit primário de mais de R\$ 22,4 bi

As contas do governo central, que reúnem Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, registraram um déficit primário de R\$ 22,404 bilhões em agosto. Segundo o balanço, divulgado ontem pelo Tesouro, o resultado sucedeu um déficit de R\$ 9,283 bilhões em julho.

O saldo negativo é ligeiramente menor do que o registrado em agosto do ano passado, quando o déficit foi de R\$ 26,730 bilhões em valores nominais, não ajustados pela **inflação**. No mês, as receitas tiveram alta de 9,6% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas subiram 2% em agosto, descontada a **inflação**.

No acumulado do ano até agosto, o governo central registrou déficit de R\$ 99,997 bilhões. No mesmo período do ano passado, esse mesmo resultado era negativo em R\$ 105,884 bilhões, em termos nominais. Em 12 meses até agosto, há déficit de R\$ 227,5 bilhões. (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/10/deficit-primario-de-mais-de-r-22-4-bi.html>

Mesário tem direito à folga por trabalhar nas eleições? Veja o que diz a lei

Por Rayane Moura, g1

Os trabalhadores convocados para atuar nas seções eleitorais ou na apuração dos votos têm direito a dois dias de descanso para cada dia trabalhado.

As folgas são concedidas mediante acordo com o empregador, mas não podem ser negadas pela empresa.

Caso tenha qualquer problema, o trabalhador pode acionar a Justiça Eleitoral. O empregado tem direito às folgas mesmo que esteja de férias durante as eleições.

Se o empregado cumpre jornada de trabalho aos domingos, deve ser dispensado das atividades para atuar como mesário.

O primeiro turno das eleições 2024 está marcado para o próximo domingo (6). Os trabalhadores convocados para atuarem como mesários nas seções eleitorais ou na apuração dos votos têm direito a dois dias de descanso para cada dia trabalhado.

O dia de treinamento, oferecido pela Justiça Eleitoral, também conta na regra e também dá direito a dois dias de folga. Assim, o trabalhador poderá tirar quatro dias de descanso no total, sem desconto no salário.

Caso o trabalhador esteja de férias durante o período eleitoral, ele poderá tirar os dias de folga na volta ao serviço. Para ter direito, é necessário apresentar ao patrão uma declaração expedida pela Justiça Eleitoral.

?? Mas como funcionam as folgas para mesários? Quais são os benefícios? O g1 conversou com especialistas no assunto e responde abaixo.

Quais são os benefícios dos mesários? O que acontece com quem trabalha aos domingos? O trabalhador pode escolher os dias de folga? É possível tirar folga antes das eleições? A empresa pode negar a folga? Como comunicar à empresa que foi convocado? É necessário ter vínculo empregatício?

LEIA MAIS

Quanto ganha um mesário nas eleições? Veja perguntas e respostas Eleições 2024: como descobrir número do título de eleitor, zona e seção?

1. Quais são os benefícios dos mesários?

O trabalho de mesário não é remunerado. Mas são concedidos benefícios, como:

Duas folgas por dia trabalhado, que também se aplica em dias de treinamentos, sem descontos no salário; Auxílio-alimentação, no valor de R\$ 60 por turno trabalhado, conforme estabelecido pela Portaria TSE nº 63/2023; Trabalho de mesário pode ser considerada critério de desempate em concursos públicos (quando previsto em edital); Utilização das horas trabalhadas nas eleições como atividade curricular complementar (no caso de estudantes de universidades conveniadas).

As folgas abrangem os dias de treinamento, preparação ou montagem de locais de votação, participação, do primeiro e segundo turno, e ainda, qualquer outro evento que a Justiça Eleitoral entenda como pertinente para o pleito.

Esses dias de folga não serão considerados faltas ao trabalho, não trazendo prejuízos ao empregado na contagem de suas férias, na garantia do repouso semanal remunerado, no cálculo do 13º salário, entre outros direitos trabalhistas.

Volte para o início.

2. O que acontece com quem trabalha aos domingos?

Para quem trabalha aos domingos, a atuação nas eleições é considerada "serviço público relevante". Por isso, o empregador é obrigado a liberar o funcionário para desempenhar as funções durante o período eleitoral, sem a necessidade de fazer banco de horas posteriormente.

"Funcionários sob o regime CLT precisam informar o empregador assim que receberem a convocação da Justiça Eleitoral, pois precisarão se ausentar para participar dos treinamentos obrigatórios e, também, no dia da eleição, caso o contrato inclua trabalho aos finais de semana", orienta advogada trabalhista Agatha Otero.

Além disso, o empregador deve conceder tempo suficiente para que os empregados exerçam o direito

ao voto no dia das eleições, considerando o tempo de deslocamento até as zonas eleitorais, sem prejuízo na remuneração. Impedir o exercício do voto é crime eleitoral.

Vale a infração inclusive para aquelas pessoas que não são obrigadas a votar conforme estabelece a lei, como analfabetos, maiores de 70 anos e jovens menores de 18 anos (entenda o que é assédio eleitoral no trabalho).

O empregador pode definir e estabelecer regras que proibam, nas dependências da empresa, o uso de adereços, distintivos ou adesivos vinculados a qualquer candidato. Porém, não é a mesma coisa que induzir ou forçar o voto em determinado candidato, explica o advogado trabalhista Tadeu Henrique Machado Silva.

Volte para o início.

3. O trabalhador pode escolher os dias de folga?

A Justiça Eleitoral orienta que os dias de folga sejam tirados logo após os dias trabalhados nas eleições. No entanto, os patrões e empregados podem entrar em acordo para escolher a melhor data.

Também não há prazo limite para que os dias de descanso sejam tirados. Além disso, as folgas por prestação de serviço à Justiça Eleitoral não poderão ser convertidas em dinheiro.

Os dias escolhidos para folga o deverão cair, obrigatoriamente, em dias de escala de trabalho. As datas não podem coincidir com dias em que o funcionário já estaria em descanso.

Volte para o início.

4. É possível tirar folga antes das eleições?

Segundo a Justiça Eleitoral, o benefício de folga será concedido somente após o encerramento dos serviços eleitorais (treinamento e dias de votação), para uso futuro e a ser acordado entre funcionário e empresa.

Portanto, não é possível antecipar as folgas do serviço eleitoral. Os descansos só poderão ser utilizados após emissão do certificado validado pelo Cartório Eleitoral ou declaração do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao fim das eleições.

Volte para o início.

5. A empresa pode negar a folga?

A empresa não pode negar o descanso ao

empregado. Caso ocorra algum impasse sobre a concessão do período de descanso, o trabalhador deve procurar o cartório eleitoral, ou denunciar no sindicato e/ou Superintendência Regional do Trabalho.

O patrão que descumprir o previsto no artigo 98 da Lei nº 9.504/1997 poderá responder judicialmente. Casos referentes à não aplicação do benefício deve ser encaminhados ao juiz eleitoral responsável pela convocação e nomeação do mesário.

Volte para o início.

6. Como comunicar à empresa que foi convocado?

O empregado deve comunicar ao seu empregador assim que for convocado, entregando uma cópia do documento de convocação. Após as eleições, deverá apresentar à empresa uma declaração expedida pelo juiz eleitoral que comprova a atividade durante o pleito.

Volte para o início.

7. É necessário ter vínculo empregatício?

Sim. Para que a pessoa nomeada para atuar nas eleições faça uso do direito às folgas, é necessária a existência de relação trabalhista entre empresa e empregado na época da convocação.

Nos casos de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, o uso do benefício deverá ser acordado previamente entre patrão e empregado. O direito ao benefício será válido enquanto durar o vínculo empregatício.

Volte para o início.

LEIA MAIS

Ameaças de demissão, promessas e mais: saiba o que é assédio eleitoral no trabalho e como denunciar
Semana de 4 dias: por que empresas topam gastar mais para fazer o sistema funcionar
Aposentadoria pelo **INSS**: conheça as mais de 10 modalidades do benefício e os requisitos de cada uma

Saiba mais sobre direitos dos trabalhadores

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/10/04/mesario-tem-direito-a-folga-por-trabalhar-nas-eleicoes-veja-o-que-diz-a-lei.ghtml>

Criticas a imposto seletivo sobre setor

VINÍCIUS NEDER

Com o mais importante dos projetos de lei de regulamentação da **Reforma Tributária** à espera da conclusão das eleições municipais de outubro para ser votado no Senado, provavelmente em novembro, o setor de petróleo e gás segue apreensivo com as chances de terminar incluído no Imposto Seletivo. Apelidado de "imposto do pecado", o tributo foi criado na reforma para taxar o consumo de bens e serviços considerados prejudiciais para a saúde e o meio ambiente.

-O Imposto Seletivo claramente representa um acréscimo à tributação atual do setor, seja no âmbito do produto comercializado no mercado local, seja do produto para exportação - diz a tributarista Virginia Pillekamp, sócia do escritório BMA Advogados.

Segundo a advogada, um dos problemas é que o Imposto Seletivo, pelo desenho atual do novo sistema, está de fora do limite de carga tributária proposto pelo governo para garantir que a reforma fique restrita às regras, sem o fim de aumentar a arrecadação. Um aumento da carga tributária poderá tirar competitividade da produção de petróleo e gás no Brasil, na comparação com outros países, diz Virginia:

-O setor já sofre com uma alta carga tributária e encargos diversos, como royalties, o que coloca o produto brasileiro em desvantagem no mercado internacional. A introdução do Imposto Seletivo só agravará essa situação.

CONTADORES X GEÓLOGOS

Em geral, a **Reforma Tributária** é defendida pelos diversos setores da indústria. A expectativa é que, com menos burocracia para a apuração, prestação de contas e pagamento de **tributos**, e maior uniformidade de regras entre os diferentes estados, o novo sistema de **impostos** facilite o dia a dia dos negócios.

É o oposto da situação atual, na qual há petroleiras que têm mais contadores do que geólogos, diz Roberto Ardenghy, presidente do IBP, entidade que representa as petroleiras, contando o relato que ouviu uma vez de um executivo de multinacional pouco após se instalar no Brasil.

Outro motivo para o setor industrial ver com bons olhos a **Reforma Tributária** é a oportunidade de uma redivisão da carga de **impostos** sobre o consumo.

Segundo economistas, como o atual sistema foi desenhado nos anos 1960, quando o peso da indústria na economia e nos hábitos de consumo era maior, a cobrança recai mais pesadamente sobre os bens. O consumo de serviços é menos tributado do que em economias desenvolvidas e poderia ter uma carga maior.

Por fim, a complexidade do atual sistema tributário desincentiva as exportações. Como as empresas encontram dificuldades para reaver os **impostos** pagos sobre os insumos usados na produção, muitas vezes não conseguem fazer valer o direito de não pagar **tributos** sobre as vendas ao exterior, um pressuposto em várias economias do mundo.

Apesar das vantagens, desde que a indústria extrativa entrou no rol do Imposto Seletivo, pela via do impacto ambiental, na tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC), aprovada no fim do ano passado, as empresas do setor têm criticado esse ponto.

O IBP vem argumentando que a extensão do Imposto Seletivo para insumos industriais como o petróleo ou o gás natural, para além da cobrança sobre o consumo final de produtos como o cigarro ou bebidas alcoólicas, vai contra alguns dos princípios básicos da reforma. Entre eles, a não cumulatividade - ou seja, evitar a cobrança de **tributos** "em cascata" - e a isenção das exportações.

-Achamos absurdo. O Imposto Seletivo é o "imposto do pecado", tem que ser aplicado a atividades cujo consumo queremos desestimular - afirma Ardenghy. - A outra coisa é colocar o Imposto Seletivo sobre a exportação. Todo o espírito da **Reforma Tributária** é desonerar as exportações.

Virginia, do BMA Advogados, chama a atenção ainda para um detalhe: conforme o texto atual do projeto de lei em tramitação no Senado, o Imposto Seletivo terá suas alíquotas atualizadas anualmente, em lei ordinária.

- Dependendo de como a lei ordinária for estabelecida e do índice fixado para a atualização, o impacto pode ser ainda mais severo para o setor - completa a tributarista.

ANP MAIS FORTE

Ao tratar do ambiente regula-tório, Ardenghy, do IBP, defendeu um fortalecimento da ANP, a agência

reguladora do setor, tanto com a contratação quanto com a capacitação de pessoal. Após os ajustes feitos no governo Michel **Temer** - que, por exemplo, retiraram a obrigação de que a Petrobras fosse a única operadora de blocos no pré-sal -, o executivo não vê necessidade de novas mudanças no marco regulatório. O mais importante é dar as condições para que os órgãos públicos, incluindo os responsáveis pelo licenciamento ambiental, melhorem seus processos, diz Ardenghy:

-Essa indústria está muito acostumada com regulação. Essas empresas só atuam em lugares onde tem uma regulação. Ela tem que ser forte, ágil,

moderna. A mesma coisa vale para o Ibama e para os órgãos estaduais (de meio ambiente). Os processos ainda continuam muito burocráticos, muito antigos. Precisamos que os processos sejam ágeis, com início, meio e fim. No caso da Margem Equatorial (área no litoral que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá, passando pela Foz do Rio Amazonas), estamos aguardando a licença há 11 anos -frisa Ardenghy.

Para o CEO da Brava Energia (fusão da Enauta com a 3R), Décio Oddone, ajustes na regulação poderiam impulsionar a produção de petróleo e gás numa frente diferente e paralela ao avanço em novas fronteiras exploratórias. Em palestra no último dia da ROG.e, no Rio de Janeiro, o executivo defendeu regras que facilitem o uso de instalações já existentes, como plataformas antigas, para produzir em áreas vizinhas subaproveitadas, o que permitiria às petroleiras de menor porte avançarem na recuperação de poços em declínio.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Representantes desaprovam reforma tributária antes da administrativa

Os **impostos** e a **reforma tributária** foram outros itens debatidos no encerramento. Para os representantes das entidades, a **reforma tributária** foi equivocadamente feita antes da reforma administrativa e o Brasil deverá ter o imposto mais alto do mundo.

O presidente da Fiemg também defendeu a valorização da atividade produtiva. Segundo ele, é ela que efetivamente gera riqueza para o conjunto da sociedade. "É ali que se desenvolve a renda, a massa salarial, é dali que são recolhidos os **impostos**. Quem paga imposto é a população, somos todos nós".

Roscoe argumentou que embora os setores sejam muitas vezes considerados vilões, todas as vezes em que o governo aumenta tributo, é o cidadão que os paga ao consumir. "Toda vez que o governo aumenta de tamanho, a sociedade encolhe. Então, temos que trabalhar engajadamente para que o governo tenha uma menor parcela da renda da sociedade para que tenhamos maior eficiência e possamos difundir renda nos três setores", disse.

Roscoe disse que setor privado é mais dinâmico e ao retirar recurso da sociedade, o governo retira o potencial crescimento da economia. Na visão dele, os empresários são corresponsáveis por uma visão equivocada do pagamento de **impostos**.

"Os **impostos** estão no conjunto de produtos e serviços que o cidadão compra. E o Estado engana o cidadão dizendo que vai protegê-lo. O empresário adora falar que paga milhões em **impostos** e o governo adora isso também. Pois ele diz à sociedade que precisa de mais **impostos** para financiar necessidades básicas como saúde e educação, e que vai tirar dos empresários para eles fazerem mais pelo País. É o Estado quem cria a desigualdade e castas como o do segmento do funcionalismo público".

Segundo Roscoe, o Brasil passou pela **reforma tributária** sem discutir a reforma administrativa. "Fizemos as reformas na ordem errada. Não discutimos o tamanho do Estado primeiro e, agora, vamos pagar a conta. Vamos fazer uma carga tributária que paga o Estado que está aí. Teremos a maior alíquota do mundo e maior da que temos hoje", afirmou. (JS)

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-04-10-2024/>

O que se propõe com ITCMD sobre grandes patrimônios na reforma tributária?

O ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação), que incide na transferência de patrimônio por doação ou em razão de falecimento, tem estado cada vez mais no radar da fiscalização. Com o objetivo de aumentar a arrecadação tributária, os fiscais estaduais e até mesmo o legislador têm se mostrado atentos a este tributo.

No estado de São Paulo, por exemplo, sete são as operações de fiscalização relacionadas ao imposto, sendo que todas elas possuem como objetivo verificar a correta declaração, apuração e pagamento do imposto ao fisco paulista.

No legislativo, no contexto da **reforma tributária**, o projeto de lei complementar nº 108/2024 ("PLP 108/24") traz alguns dispositivos visando alterar as regras atualmente vigentes para o ITCMD. Alguns destaques são o alargamento das bases de cálculo, a incidência sobre planos de previdência privada e a fixação da progressividade da alíquota.

O que chama a atenção é que, especialmente no que diz respeito à alíquota do ITCMD, a Constituição Federal impõe ao Senado a competência para fixá-la. Foi devidamente fixada em no máximo 8%, possibilitando que se tenha alíquotas progressivas, levando-se em consideração qual o valor da transferência realizada.

E, ao contrário do esperado, o parágrafo único do artigo 178, que trata da nova alíquota do ITCMD no PLP 108/24, traz a possibilidade de a alíquota ser única e a máxima fixada (8%) para a tributação dos grandes patrimônios. O conceito e a definição de grandes patrimônios será objeto das legislações estaduais.

Ou seja, primeiro a redação traz a obrigatoriedade da progressividade de alíquotas e logo na sequência diz que para estas transferências de grandes patrimônios a alíquota será única de 8%. Parece um tanto quanto peculiar esta flexibilização de norma.

Este tema já foi muito debatido e ainda é, por exemplo, em relação ao estado do Rio de Janeiro que não segue a progressividade gradual e, apesar de ter faixas e alíquotas progressivas, calcula o percentual indicado na faixa de incidência sobre toda a base de cálculo. Em relação ao ITCMD deve ser observada a

alíquota gradual, dado que é aquela que melhor respeita a capacidade econômica do contribuinte, regra constitucional base para o ordenamento jurídico tributário.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

A progressividade simples só deve ser admitida quando existir expressa autorização na Constituição Federal e para concretizar efeitos extrafiscais desejados pelo constituinte. Não é o caso -nem no estado do Rio de Janeiro e nem no contexto da **reforma tributária**.

Considerando o entendimento sedimentado no Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral (RE 562.045), no sentido de que o fundamento para a progressividade do ITCMD está basicamente relacionado ao caráter pessoal e à graduação segundo a capacidade econômica do contribuinte, resta ratificado que não há espaço para a adoção da forma de cálculo do ITCMD perpetrada pelo fisco do estado do Rio de Janeiro e que -surpreendentemente- se pretende fazer na **reforma tributária**.

Fazendo remissão ao título, nos parece que o que se pretende com a manutenção desta redação é apenas arrecadar, independentemente dos princípios constitucionais e das limitações por eles imposta. Este tipo de imbróglgio posto antes mesmo da aprovação final do texto reforça a desconfiança do contribuinte e, além disso, parece deixar engatilhada uma discussão no contencioso. Mas, não se quer diminuir o contencioso? Nos resta esperar e acompanhar o desenrolar desta e outras proposições.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/10/o-que-se-propoe-com-itcmd-sobre->

grandes-patrimonios-na-reforma-tributaria.shtml

'A próxima reforma deveria ser a administrativa', diz Henrique Meirelles ao g1

Por Raphael Martins, Isabela Bolzani, g1

Para Henrique Meirelles, o Brasil precisa avaliar com cuidado a possibilidade de fazer uma reforma administrativa. O ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central concedeu entrevista ao g1.

Para ele, um modelo interessante é o do estado de São Paulo. Meirelles foi secretário da Fazenda do Estado de São Paulo entre 2019 e 2022.

O governo de São Paulo fez uma reforma administrativa que gerou um saldo orçamentário e de caixa para o governo de São Paulo de R\$ 52 bilhões. Como? Fechando empresas que deixavam de ter finalidade, cortando determinados tipos de benefícios do funcionalismo público e tudo isso, diz ele.

Pelas contas de Meirelles, algo na mesma linha geraria impacto de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões, em diminuição de despesas obrigatórias e correntes do governo federal.

Evidentemente que isso tem resistência. Os funcionários que estão nessa empresa não gostam disso e reagem a isso, protestam, etc. Tem que se enfrentar uma resistência importante.

Meirelles lançou na semana passada o livro "Calma sob pressão: O que aprendi comandando o Banco de Boston, o Banco Central e o Ministério da Fazenda". Nele, conta suas memórias ao ocupar os cargos mais relevantes da economia e avalia os desafios.

Você pode conferir a íntegra da entrevista no vídeo abaixo ou leia nesta reportagem.

Em seguida, há um resumo de melhores momentos, em que Meirelles comenta:

Sobre o episódio favorito de seu novo livro
Sobre quem tem o trabalho mais difícil: Haddad ou Campos Neto?
Sobre o maior desafio do BC hoje em dia
Sobre se Galápolo vai enfrentar confronto com Lula no BC
Sobre o trabalho de Haddad no Ministério da Fazenda
Sobre o futuro da economia brasileira

Sobre o episódio favorito de seu novo livro

A crise de 2008 foi um evento muito interessante. Muito grave e, ao mesmo tempo, muito gratificante porque nós enfrentamos muito bem.

A economia americana entrou em colapso, até que todas as linhas de crédito internacionais para o Brasil - que representavam mais de um quarto do total de crédito - de importação, de exportação, tudo foi paralisado. O Brasil entrou em uma crise de crédito e uma recessão fortíssima.

Felizmente, tínhamos recursos para enfrentar isso porque tínhamos feito uma acumulação de reservas importantes no Banco Central.

Mas aí apareceu um outro problema, dos chamados derivativos tóxicos. As empresas vendiam o dólar a descoberto - isto é, sem ter o dólar -, apostando que o dólar ia cair, para ganhar com isso. Mas o dólar começou a subir com a crise, dando um prejuízo brutal. E era difícil descobrir qual era o tamanho do problema.

Conversei com muitos banqueiros centrais e dimensionei o total de US\$ 40 bilhões. Em outra coletiva de imprensa, disse que o Banco Central ia entrar no mercado vendendo o dólar futuro - isto é, na posição oposta a essas companhias.

Eu anunciei: "Olha, o BC vai entrar vendendo dólar futuro e vai entregar futuros no mercado de derivativos aqui, na bolsa." A pergunta dos jornalistas foi: "Quanto?" Eu disse: "Nosso limite é vender, hoje, até US\$ 50 bilhões."

O mercado acalmou, o dólar derreteu. Resolveu a crise. E esse conjunto de ações fez com que o país, que tinha entrado em recessão, já saísse e já entrasse, em janeiro de 2009, em uma rota de crescimento.

[Voltar ao topo](#)

Sobre quem tem o trabalho mais difícil: Haddad ou Campos Neto?

São trabalhos bem diferentes, e com desafios diferentes. O BC tem um instrumento mais decisivo, que é a taxa de juros, e faz a gerência das reservas internacionais. São duas coisas muito importantes

para o país.

E o presidente do BC lida com os efeitos das decisões que toma. É um trabalho muito técnico, que envolve previsões de **inflação**, taxa de juros e atividade.

O Ministério da Fazenda não tem instrumentos próprios de ação direta que possam influenciar a economia, a não ser a gerência das letras do Tesouro Nacional.

Mas o Ministério da Fazenda lida basicamente com toda a estrutura política do país. Depende muito daquilo que é apresentado e aprovado no Congresso Nacional, e também do que o presidente da República pretende fazer. Tem que influenciar outras áreas do governo, muitas vezes por persuasão.

Voltar ao topo

Sobre o maior desafio do BC hoje em dia

A questão dos atritos tende a acabar. É algo que pode dar mais conforto ao presidente Lula que as pessoas que estão lá são nomeadas por ele. Ele não precisa ficar preocupado que alguma medida possa ter como finalidade prejudicar o governo.

Particularmente, acho que o Roberto Campos Neto fez um bom trabalho. Mas é normal que o presidente fique meio preocupado com uma diretoria nomeada pelo Bolsonaro.

Isso faz com que o grande desafio volte a ser aquilo que é a missão básica do BC: manter a **inflação** sob controle e dar condições para o país crescer no seu máximo potencial, sem exagerar. Quando exagera dá **inflação**, e dá problema.

Voltar ao topo

Sobre se Galípolo vai enfrentar confronto com Lula no BC

Acho que a probabilidade disso é menor. A questão aí não é se o presidente concorda ou não com as decisões. No momento em que ele confia que o presidente do BC vai tomar decisões que possam prejudicar o governo, ele se tranquiliza.

E aqui tem uma diferença importante: a questão não é exatamente um BC que vá tomar decisões para agradar o presidente, porque isso seria perigoso. Não acredito que isso vá acontecer. Mas, no sentido de que dá uma tranquilidade ao presidente de que, mesmo quando houver movimentos que ele não goste, ele tem uma tranquilidade de que aquilo está sendo feito por decisões técnicas, sem nenhum componente

de ação política.

Voltar ao topo

Sobre o trabalho de Haddad no Ministério da Fazenda

O ministro Haddad está fazendo um bom trabalho. Ele está em um governo que tem uma visão de que o gasto público é o que conduz a economia, o crescimento e a criação de emprego. Ele tem consciência das limitações, dos riscos e dos custos dessa expansão fiscal.

Então, existe um meio-termo. É uma situação em que, de um lado, está o que os analistas e o mercado esperam de política fiscal e, do outro, o que os políticos, particularmente o partido dele, esperam da política fiscal. E ele tem que conviver com esses dois lados da equação.

Ele está fazendo isso com habilidade, e conseguindo manter as contas em relativo controle.

Recentemente, algumas coisas geraram uma preocupação maior, como criar uma despesa passando pela Caixa Econômica, de maneira que não entre no orçamento. Isso é negativo, um sinal negativo. Espero que seja controlado e que tenham sido situações pontuais. No caso, por exemplo, do governo Dilma, isso gerou problemas importantes.

Então, eu acredito que a gestão fiscal, na medida em que continue obedecendo a certos limites, é positiva. O arcabouço fiscal é muito mais flexível, permite um crescimento real das despesas. O teto de gastos era algo que colocava um limite mais direto e mais duro. Do meu ponto de vista, também mais eficaz.

De qualquer forma, é positiva a existência do arcabouço. Poderia ser melhor? Sim. Mas também poderia ser muito pior.

Voltar ao topo

Sobre o futuro da economia brasileira

A tendência da economia brasileira é ter esse crescimento entre 2,5% e 3%, que é o que tem acontecido - tem sido até mais para 3% do que para 2,5% mais recentemente -, mas, olhando à frente, vai ficar por aí. Não é o crescimento ideal, mas é um crescimento razoável.

Ao mesmo tempo, temos uma perspectiva de uma **inflação** sob controle e um BC independente, o que ajuda dentro do processo de manutenção de uma economia estável e um crescimento também estável.

Para termos uma mudança desse cenário, nós teremos que avançar. Por exemplo, uma reforma administrativa para gerar recursos que permitissem inclusive uma diminuição da carga tributária. Isso beneficiaria a economia.

As reformas de produtividade também são muito importantes. Não se tem falado sobre isso, mas a **reforma tributária** também tem um efeito na produtividade. Seria muito importante que fizéssemos uma **reforma tributária** o mais simplificada possível. Estudos do Banco Mundial mostram que uma das maiores questões da baixa produtividade do Brasil é exatamente uma tributação muito complexa.

Partindo do pressuposto de que esse assunto não está sendo discutido, o crescimento é esse, de 2,5% a 3%. Vai ser mais de 3% dependendo da circunstância, e eventualmente menos.

A vantagem? Não se prevê uma crise à frente. Crise sempre pode existir, mas não há necessidade de se prever uma crise no Brasil porque as coisas estão relativamente equilibradas. Além de que o Brasil é um país que tem uma democracia estabilizada, tem o Judiciário independente, Congresso independente, a imprensa independente.

Então, tudo isso dá uma estabilidade para o país seguir essa rota, sem grandes oscilações.

Voltar ao topo

Site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/10/04/a-proxima-reforma-deveria-ser-a-administrativa-diz-henrique-meirelles-ao-g1.ghtml>

Medidas só virão após bloqueio de bets

» **VICTOR CORREIA**

O governo federal vai aguardar o resultado do bloqueio de bets ilegais, na semana que vem, para dar os próximos passos na regulamentação.

Segundo a estimativa mais recente da Fazenda, apresentada ontem, dois mil sites e aplicativos de apostas serão bloqueados. Sobrarão entre 190 e 200 plataformas legais, que já pediram o credenciamento. O governo espera que a redução do mercado em mais de 80% já traga menor endividamento e casos de dependência.

O tema foi discutido ontem em reunião ministerial convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto.

Não foram anunciadas medidas no momento, mas os participantes do encontro relataram que o governo deve restringir - não bloquear - o uso do Bolsa Família para as apostas, endurecer a fiscalização e o combate aos crimes, iniciar uma campanha de conscientização aos moldes da feita contra o tabaco e prestar apoio aos dependentes do jogo.

Segundo fontes, os ministérios participantes devem divulgar uma portaria nos próximos dias criando um grupo de trabalho para avaliar as medidas.

Lula discursou, no início do encontro, e se mostrou preocupado com a situação. "Tem muita gente se endividando, muita gente gastando o que não tem, e nós achamos que isso tem que ser tratado como uma questão de dependência. Ou seja, as pessoas estão dependentes, as pessoas estão viciadas", declarou o presidente.

Ele enfatizou que agiu para regulamentar as apostas assim que assumiu o cargo, em 2023 - as bets foram legalizadas no final de 2018, mas passaram mais de quatro anos sem regulação.

Em coletiva de imprensa após o encontro, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, declarou que o foco atual é o bloqueio das empresas que não pediram regularização à pasta.

Ele falou em nova lista do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também esteve na reunião.

"A Fazenda divulgou ontem (anteontem) uma lista positiva de quem se dignou a nos fazer o pedido de

autorização. Semana que vem, a gente estará fazendo a lista negativa, para que chegue às autoridades competentes e comece a derrubada dos sites irregulares", explicou.

Um dos pontos mais polêmicos e preocupantes para o governo segue sem definição clara: o uso de recursos do Bolsa Família para apostas. Estudo do Banco Central mostrou que, em agosto, os beneficiários, que estão em situação de vulnerabilidade, gastaram R\$ 3 bilhões nos jogos. De acordo com o Ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, Lula autorizou medidas restritivas, mas não deve haver bloqueio total do benefício.

A preocupação é que impedir os beneficiários de apostar pode configurar discriminação, e ferir as regras do programa, que preveem o repasse de recursos de uso livre para a população mais pobre.

"Estamos falando de um problema de jogos que atinge 52 milhões de brasileiros. Cerca de metade da população adulta. No público do Bolsa Família, estamos falando de aproximadamente 17% dos adultos. Não é razoável que a gente entre nessa de querer demonizar o público do Bolsa Família", comentou o ministro à imprensa.

Lavagem de dinheiro Segundo interlocutores do governo, que participaram da reunião, há suspeita de uso do CPF de membros do Cadastro Único para lavagem de dinheiro, o que teria inflado a cifra levantada pelo Banco Central. Os crimes ligados às bets, outra grande preocupação do governo, estão sendo investigados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O chefe da pasta, Ricardo Lewandowski, destacou que a Polícia Federal combate ações de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação de **impostos** e ligação com o crime organizado.

Integrantes do governo apontam que o fato de duas mil plataformas nem sequer terem tentado se registrar legalmente indica o tamanho do problema. Muitos desses sites são estrangeiros. Lewandowski disse ainda que a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) apura casos de propagandas ilegais para crianças e adolescentes, propagandas irregulares em jogos de futebol, e a venda de celulares já com os jogos embutidos, o que também está proibido.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, por sua vez,

disse que a pasta estuda medidas parecidas com as de conscientização contra os riscos do tabaco, uma das mais bem-sucedidas no país. "Vamos passar a mensagem que bets fazem mal à saúde" declarou.

Ela argumentou que os efeitos das apostas on-line são um fenômeno novo e de difícil contenção por sua velocidade, e defendeu que é preciso alterar a classificação internacional de doenças (CID) para separar o vício em apostas, já previsto, do vício em apostas pela internet.

Nísia também garantiu que a pasta vai reforçar o atendimento da rede pública para os dependentes.

"Reforçaremos junto à atenção primária uma atenção especial para esse problema de Saúde. Fortalecimento dessa pauta nas equipes de saúde da família", enfatizou a ministra. "É um fenômeno novo, então seria errado dizer que está tudo feito. Temos que trabalhar na prevenção, no cuidado e de forma integrada em todo o governo", acrescentou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6498/04-10-2024.html?all=1>

Outra medida cria imposto mínimo de 15% para múltis

MANOEL VENTURA- BRASÍLIA

No fim da noite de ontem, o governo Luiz Inácio Lula da Silva editou uma segunda medida provisória (MP) com potencial de aumentar a arrecadação federal. Uma edição extra do Diário Oficial da União estabelece um imposto de 15% sobre o lucro de empresas multinacionais que operam no país.

A medida segue acordo conduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e assinado por mais de 140 países. A OCDE é o "clube dos países ricos", ao qual o Brasil não é afiliado, mas a norma será seguida por diferentes nações.

As regras entram em vigor em janeiro de 2025.

A MP valerá para empresas multinacionais com faturamento superior a 750 milhões por ano. A expectativa é de arrecadação em torno de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões por ano -embora esse dado não tenha sido informado pelo Ministério da Fazenda até a noite de ontem.

A Receita Federal calcula que o Brasil tem 3 mil multinacionais em atuação e que se enquadram no chamado Pilar 2 da OCDE. Dessas, 84 são grupos brasileiros.

ACORDO COM A OCDE

Atualmente, o país tem uma tributação nominal sobre renda de 34%, somando Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Mas a carga efetiva pode cair abaixo de 15% por conta de regras e incentivos fiscais, além de estratégias que podem ser usadas pelas empresas.

A MP estabelece um adicional na CSLL com uso de incentivos. O imposto complementar adotado é para que a alíquota efetiva seja de 15%. Ele será calculado subtraindo 15% sobre o lucro da empresa da CSLL efetivamente paga.

O acordo com a OCDE foi feito para evitar que apenas os países sedes das grandes multinacionais tenham arrecadação tributária a partir dessas empresas. Assim, garante que uma parte do lucro obtido por elas no país anfitrião seja efetivamente pago ao governo

local.

Além disso, a norma da OCDE tem como objetivo evitar uma espécie de guerra fiscal internacional e que empresas usem planejamento tributário visando a uma redução drástica da carga de **impostos**.

A MP prevê que esses grupos multinacionais informem ao governo federal dados para o cálculo do adicional da CSLL.

Além do Pilar 2, a OCDE tem o Pilar 1, que prevê tributação de serviços digitais, como big techs. A MP não trata desse eixo.

Em abril, no G20, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que os países concluam a implementação das regras da OCDE e avancem em direção a um terceiro eixo: a tributação dos super-ricos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo apura uso de CPFs do Bolsa Família em bets

THAÍS BARCELLOS, JENIFFER GULARTE E SÉRGIO ROXO *economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai investigar se CPFs de beneficiários do Bolsa Família estão sendo usados para lavagem de dinheiro por meio de jogos e apostas on-line. Em reunião ontem comandada pelo presidente, porém, o Executivo recuou e decidiu não bloquear, por ora, o uso da função débito do cartão de pagamento do benefício social em apostas on-line.

- Na linha de combate à lavagem de dinheiro, apresentamos a importância de examinar se não estão usando o CPF do público do Bolsa Família -disse o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, que participou da reunião, acrescentando que propôs também a parceria entre o SUS e o Sistema Único de Assistência Social (SUS) para o tratamento de compulsão por jogos.

Em vídeo divulgado por sua assessoria, Dias reforçou a suspeita em relação à lavagem de dinheiro por meio do CPF de beneficiários do programa social. A investigação será feita pela Polícia Federal: - Pedimos que fosse investigado o uso de CPFs fraudulentos por pessoas que lavam dinheiro usando o público do Cadastro Único e do Bolsa Família.

A reunião de ontem foi convocada após a divulgação de um levantamento do Banco Central mostrando que o gasto médio mensal dos brasileiros com Pix para as bets e jogos de azar gira em torno de R\$ 20 bilhões este ano. Chamou atenção especialmente a estimativa de que, em agosto, 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões com jogos e apostas on-line.

No documento, o BC informa a mediana de R\$ 100 por transferência, não a média de recursos destinados pelos beneficiários do Bolsa Família às bets. Em média seriam R\$ 600, quase o valor integral do repasse mensal. O BC não esclareceu se o valor depositado saiu do programa ou de outra fonte de renda dos beneficiários.

Nesse contexto, não houve nenhuma decisão sobre o bloqueio do cartão do Bolsa Família para pagamento de apostas on-line. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, após a

suspensão dos sites ilegais, será feito um pente-fino nas bets autorizadas e será discutido com elas possíveis novas restrições aos meios de pagamento.

Desde o dia 10 de outubro, só podem oferecer jogos aos brasileiros as casas de apostas que pediram autorização e foram liberadas pela Fazenda. Em âmbito nacional, foram liberadas 93 empresas, com respectivamente 205 bets. A partir de 11 de outubro, os sites das empresas ilegais serão suspensos. A estimativa anunciada ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é de que sejam derrubados cerca de 2 mil sites. Antes, Haddad previra cerca de 600.

Ministros de Lula afirmam que a reunião acabou sem uma nova medida anunciada porque o próprio presidente ainda não está convencido das ações que deve adotar sobre jogos e apostas. Lula deverá decidir até a semana que vem quais medidas vai anunciar.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, também presente na reunião, disse que a Polícia Federal está combatendo ações criminosas, como lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação de **impostos** e ligação com crime organizado.

- Isso está sendo escrutinado com o auxílio do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), que identifica as operações que são heterodoxas ou exageradas em termos financeiros -afirmou.

DEZ PORTARIAS

Na abertura do encontro, Lula associou os jogos on-line a dependência: -Tem muita gente se endividando, tem muita gente gastando o que não tem, e nós achamos que isso deve ser tratado como uma questão de dependência. Ou seja, as pessoas são dependentes, estão viciadas. Resolvemos fazer a reunião que está presente nosso ministro da Fazenda que tem tentado cuidar disso desde que nós tomamos posse -afirmou.

Na sua fala inicial, Haddad afirmou que já são dez portarias regulamentando os jogos e disse que as normas seguem a melhor experiência internacional.

- No nosso entendimento, uma regulação forte vai implicar a proteção da sociedade, o tratamento como entretenimento, como deve ser dessa questão -

afirmou.

"Pedimos que fosse investigado o uso de CPFs fraudulentos por pessoas que lavam dinheiro usando o público do Cadastro Único e do Bolsa Família"
Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento Social

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil pode atingir o grau de investimento

São Paulo - Há possibilidade de o Brasil atingir o grau de investimento ainda no governo atual se houver um ajuste fiscal pelo lado dos gastos obrigatórios, segundo a vice-presidente para risco soberano da Moody's, Samar Maziad.

Na última terça-feira (1º), a agência de classificação de risco melhorou a nota de crédito do Brasil, de "Ba2" para "Ba1", e manteve a perspectiva do país em "positiva".

Com isso, o Brasil ficou a apenas um passo de atingir o chamado grau de investimento, patamar em que o país se torna seguro, ou seja, com baixos riscos de calote para quem investe em seus títulos de dívida.

"Mantivemos a perspectiva positiva para a classificação porque há uma possibilidade de vermos mais medidas de contenção de gastos", disse Samar Maziad à reportagem. Segundo ela, o horizonte da perspectiva é de 12 a 18 meses, geralmente, e a agência pode rever a nota do país após esse período.

Segundo a analista, um gatilho para um novo aumento da nota é a implementação de medidas estruturais que ajustem as contas públicas pelo lado dos gastos, especificamente envolvendo as despesas obrigatórias. Segundo ela, isso trará a credibilidade fiscal necessária para o País.

Samar Maziad ressaltou que o novo arcabouço fiscal auxilia no atingimento das metas para o resultado primário do País e para a estabilização da dívida pública, de modo que esta não siga aumentando no futuro. Porém, assim como o teto de gastos criado em 2016, é preciso medidas adicionais para que ele tenha efetividade.

"O teto de gastos por si só não funcionaria sem a aprovação da reforma da Previdência e de medidas complementares que contivessem o aumento dos gastos obrigatórios. Foi por isso que o teto de gastos funcionou. Por várias semanas houve exceções e problemas com ele, mas ele forneceu um arcabouço geral para outras medidas que precisavam ser implementadas", observou.

A analista afirmou que esse fator é importante para trazer maior segurança aos investidores e diminuir os prêmios de risco embutidos nos títulos do Tesouro, que levam a um aumento do custo da dívida do governo, causando uma bola de neve.

Questionada sobre se o encontro do CEO da Moody's, Michael West, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada influenciou a mudança de nota do Brasil, Samar Maziad negou. Ela disse que a reunião é apenas uma de tantas outras com autoridades que a agência faz no intuito de colher informações e apresentar a visão de seus técnicos aos países.

"Temos nossas reuniões regulares. Não é uma reunião específica que desencadeia uma decisão", afirma.

Crescimento econômico - Além do corte de gastos, a analista avaliou que é preciso uma continuidade do crescimento econômico mais forte do Brasil para que o país atinja o grau de investimento.

Segundo ela, esse foi um importante fator que sustentou a melhora da nota do Brasil na última terça-feira. Ela argumenta que, desde 2016, o país estava classificado como "Ba2" e, durante esse tempo, houve uma dinâmica muito diferente no Brasil em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**).

"Observamos um crescimento mais sustentado nos últimos quatro anos, e esperamos que isso continue", disse. Ela reforçou o que já estava no relatório que acompanhou a mudança de nota do Brasil: as reformas estruturais ao longo de diferentes governos apoiaram a melhora na dinâmica do **PIB** brasileiro.

Segundo a analista, a mudança de nota do Brasil também levou em consideração a situação da dívida pública de outros países pares, seja na América Latina ou em outras regiões. Ela disse que esse fator é importante e deve ser levado em consideração na hora da classificação de risco, que é feita sempre em comparação com outras nações.

Samar Maziad se mostrou otimista com a trajetória da dívida pública e as metas fiscais do Brasil. Ela acredita que para este e o próximo ano o aumento de receita que o governo conseguiu implementar e os cortes anunciados até aqui são condizentes com o orçamento apresentado e o alvo para o resultado primário.

"No ano passado, o governo conseguiu aprovar medidas adicionais de receita de 1,6% do **PIB**, o que não é um número pequeno", afirmou. Apesar de o mercado projetar piora do déficit nos próximos anos, ela acredita que em 2025 o governo vai entregar um saldo primário semelhante ao deste ano. (Stéfanie Rigamonti/Folhapress) %

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-04-10-2024/>

Como eleições municipais podem impactar as eleições de 2026?

Os brasileiros vão eleger no domingo (6/10) os prefeitos e vereadores dos 5.569 municípios do país, mas suas escolhas não devem impactar apenas suas cidades.

O saldo das urnas de 2024 também pode influenciar os rumos da política para as eleições de 2026, quando o país definirá os próximos Presidente da República e governadores, e as novas composições do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais.

Segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, isso não significa que o campo político com mais prefeitos e vereadores, necessariamente, é o melhor posicionado para a disputa mais visada: a corrida pelo Palácio do Planalto.

Um exemplo disso foi o fraco desempenho do PT em 2020, quando a sigla elegeu 183 prefeituras, menor número em 16 anos, sendo nenhuma delas nas capitais estaduais, algo inédito na história da sigla.

Ainda assim, a sigla retomou dois anos depois o comando do Executivo federal com o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Mas, se o saldo das urnas municipais não é uma prévia da eleição nacional, por outro lado, funciona como um bom termômetro da força dos partidos na construção das alianças para a disputa eleitoral seguinte.

A ligação entre os dois pleitos ocorre mais no campo da elite política do que na preferência do eleitor, diz o cientista político Rafael Cortez, sócio da Tendências Consultoria e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Em alguma medida, a eleição municipal dá a balança de poder com que os partidos vão jogar quando forem construir os seus palanques e suas estratégias eleitorais na disputa nacional.

No entanto, do ponto de vista do eleitor, o efeito de uma eleição sobre a outra é menor, diz Cortez.

A preferência do eleitorado em relação a partido A ou B em 2024 não necessariamente se repete em 2026, porque, na verdade, o eleitor está avaliando [na eleição municipal] o desempenho dos governos locais.

A cientista política Beatriz Rey, pesquisadora na Fundação POPVOX, nos Estados Unidos, e pós-doutoranda na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), faz uma leitura semelhante.

Rey chama atenção também para um impacto mais imediato do saldo municipal: como os partidos vão atuar na disputa pelo comando do Congresso em 2025, em especial a presidência da Câmara dos Deputados, onde a eleição para definir o substituto de Arthur Lira (PP-AL) está mais acirrada.

A eleição municipal não é uma prévia da eleição de 2026, ressalta a cientista política.

O que essa eleição municipal vai mostrar é como estão se movimentando os partidos e qual a força eles têm, tanto para a disputa pela Presidência da República, como pela presidência da Câmara, que é tão importante quanto [a corrida pelo Palácio do Planalto].

O cientista político Cláudio Couto, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressalta que existem estudos mostrando que as eleições municipais costumam ser um bom preditivo do desempenho dos partidos na eleição para a Câmara dos Deputados na eleição seguinte.

O eleitor tende a escolher o deputado que tem capacidade de fazer uma campanha mais forte nos municípios. Quem tem prefeito e vereador trabalhando na sua campanha é claro que tem uma vantagem, diz Couto.

Mas, para presidente, a dinâmica é completamente outra, não obedece essa mesma lógica.

A previsão dos entrevistados é que a centro-direita e a direita continuarão comandando a maioria das prefeituras do país.

Para Rey, o PSD, liderado por Gilberto Kassab, e o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, devem conquistar o maior número de cidades, enquanto MDB e PSDB tendem a encolher.

Na avaliação de Cortez, as urnas deste ano terão um

papel especialmente importante sobre como a direita se comportará na disputa nacional, já que hoje não está claro quem substituirá Bolsonaro, inelegível após condenação eleitoral, como concorrente desse campo.

Alguns nomes têm surgido com potenciais candidatos, como os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Paraná, Ratinho Junior (PSD) .

Para Cortez, o resultado da corrida pelo comando de São Paulo - em que dois candidatos competitivos, o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o empresário Pablo Marçal (PRTB), disputam o eleitorado bolsonarista - pode sinalizar qual será o perfil do substituto de Bolsonaro.

Embora esse nome ainda não esteja definido, havia uma expectativa de que a direita teria como principal candidato na próxima eleição presidencial alguém mais moderado que Bolsonaro , diz o cientista político.

O cenário ideal [para esse campo] seria uma coligação como a do Ricardo Nunes, que conseguiu reunir praticamente todo mundo [da direita e centro-direita] contra a esquerda [representada pelo candidato apoiado por Lula, Guilherme Boulos, do PSOL].

Mas não está descartado um segundo turno entre Boulos e Marçal em São Paulo, porque as pesquisas mostram os dois e Nunes embolados na liderança.

O desempenho que o Marçal teve [ao longo da corrida eleitoral] é de alguma maneira o indicativo de que, potencialmente, tem um mercado eleitoral para um candidato mais disruptivo, ou seja, não é necessariamente uma versão bolsonarista moderada que vai prevalecer em 2026 , acrescenta Cortez.

Embora o atual prefeito seja apoiado oficialmente por Bolsonaro, Marçal atraiu parte relevante dos apoiadores do ex-presidente com um discurso agressivo e radical.

Nesse contexto, Bolsonaro evitou entrar de cabeça na campanha de Nunes e priorizou apoiar outros candidatos pelo país.

Na última semana de campanha, optou por atos em Vitória (ES), em três cidades do interior paulista (São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá) e finalizou sua atuação no Rio de Janeiro, com compromissos em Angra dos Reis, Duque de Caxias Belford Roxo e na capital fluminense, onde seu candidato, Alexandre Ramagem (PL), pode ser derrotado pelo atual prefeito, Eduardo Paes, ainda no primeiro turno, segundo as pesquisas.

Do lado da esquerda, Cortez avalia que as eleições de 2024 mostraram Lula com menos capital político do que no passado.

O presidente se envolveu pouco nas disputas municipais, se mostrando um cabo eleitoral menos expressivo neste pleito.

A única disputa em que ele esteve um pouco mais atuante foi a de São Paulo, em que marcou presença em dois comícios de Boulos no dia 28 de agosto e no ato de encerramento da campanha no sábado (5/10), na Avenida Paulista.

Em meio a uma forte agenda internacional, com viagens recentes aos Estados Unidos e México, o presidente desmarcou outra atividade que teria com Boulos na cidade no final de setembro.

A atuação eleitoral de Lula, porém, não é vista pelos entrevistados como um preditivo de sua força em 2026.

Há muitos candidatos reclamando da falta de participação do Lula como cabo eleitoral, mas não dá para dizer nada sobre a chance de reeleição com base nisso , afirma Rey.

Diante da esperada força da centro-direita e da direita nas urnas municipais, Cortez acredita que Lula vai promover uma **reforma ministerial**, buscando dividir esse campo, para evitar que ele se consolide em torno de um candidato em 2026.

Hoje, siglas desse espectro político já integram o governo, em uma tentativa de garantir apoio dessas legendas no Congresso, o que nem sempre se confirma.

O PSD comanda três pastas (Minas e Energia, Agricultura, e Pesca), o União Brasil outras três (Comunicações, Turismo e Integração e Desenvolvimento Regional), enquanto Republicanos e PP têm uma cada: respectivamente Ministério de Portos e Aeroportos e Ministério do Esporte.

O PL é o principal partido de oposição e, portanto, não faz parte da Esplanada.

Os brasileiros vão eleger no domingo (6/10) os prefeitos e vereadores dos 5.569 municípios do país, mas suas escolhas não devem impactar apenas suas cidades.

O saldo das urnas de 2024 também pode influenciar os rumos da política para as eleições de 2026, quando o país definirá os próximos Presidente da República e

governadores, e as novas composições do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais.

Segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, isso não significa que o campo político com mais prefeitos e vereadores, necessariamente, é o melhor posicionado para a disputa mais visada: a corrida pelo Palácio do Planalto.

Um exemplo disso foi o fraco desempenho do PT em 2020, quando a sigla elegeu 183 prefeituras, menor número em 16 anos, sendo nenhuma delas nas capitais estaduais, algo inédito na história da sigla.

Ainda assim, a sigla retomou dois anos depois o comando do Executivo federal com o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) .

Mas, se o saldo das urnas municipais não é uma prévia da eleição nacional, por outro lado, funciona como um bom termômetro da força dos partidos na construção das alianças para a disputa eleitoral seguinte.

A ligação entre os dois pleitos ocorre mais no campo da elite política do que na preferência do eleitor , diz o cientista político Rafael Cortez, sócio da Tendências Consultoria e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Em alguma medida, a eleição municipal dá a balança de poder com que os partidos vão jogar quando forem construir os seus palanques e suas estratégias eleitorais na disputa nacional.

No entanto, do ponto de vista do eleitor, o efeito de uma eleição sobre a outra é menor, diz Cortez.

A preferência do eleitorado em relação a partido A ou B em 2024 não necessariamente se repete em 2026, porque, na verdade, o eleitor está avaliando [na eleição municipal] o desempenho dos governos locais.

A cientista política Beatriz Rey, pesquisadora na Fundação POPVOX, nos Estados Unidos, e pós-doutoranda na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), faz uma leitura semelhante.

Rey chama atenção também para um impacto mais imediato do saldo municipal: como os partidos vão atuar na disputa pelo comando do Congresso em 2025, em especial a presidência da Câmara dos Deputados, onde a eleição para definir o substituto de Arthur Lira (PP-AL) está mais acirrada.

A eleição municipal não é uma prévia da eleição de 2026 , ressalta a cientista política.

O que essa eleição municipal vai mostrar é como estão se movimentando os partidos e qual a força eles têm, tanto para a disputa pela Presidência da República, como pela presidência da Câmara, que é tão importante quanto [a corrida pelo Palácio do Planalto].

O cientista político Cláudio Couto, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressalta que existem estudos mostrando que as eleições municipais costumam ser um bom preditivo do desempenho dos partidos na eleição para a Câmara dos Deputados na eleição seguinte.

O eleitor tende a escolher o deputado que tem capacidade de fazer uma campanha mais forte nos municípios. Quem tem prefeito e vereador trabalhando na sua campanha é claro que tem uma vantagem , diz Couto.

Mas, para presidente, a dinâmica é completamente outra, não obedece essa mesma lógica.

A previsão dos entrevistados é que a centro-direita e a direita continuarão comandando a maioria das prefeituras do país.

Para Rey, o PSD, liderado por Gilberto Kassab, e o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro , devem conquistar o maior número de cidades, enquanto MDB e PSDB tendem a encolher.

Na avaliação de Cortez, as urnas deste ano terão um papel especialmente importante sobre como a direita se comportará na disputa nacional, já que hoje não está claro quem substituirá Bolsonaro, inelegível após condenação eleitoral, como concorrente desse campo.

Alguns nomes têm surgido com potenciais candidatos, como os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Paraná, Ratinho Junior (PSD) .

Para Cortez, o resultado da corrida pelo comando de São Paulo - em que dois candidatos competitivos, o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o empresário Pablo Marçal (PRTB), disputam o eleitorado bolsonarista - pode sinalizar qual será o perfil do substituto de Bolsonaro.

Embora esse nome ainda não esteja definido, havia uma expectativa de que a direita teria como principal candidato na próxima eleição presidencial alguém mais moderado que Bolsonaro , diz o cientista político.

O cenário ideal [para esse campo] seria uma coligação

como a do Ricardo Nunes, que conseguiu reunir praticamente todo mundo [da direita e centro-direita] contra a esquerda [representada pelo candidato apoiado por Lula, Guilherme Boulos, do PSOL].

Mas não está descartado um segundo turno entre Boulos e Marçal em São Paulo, porque as pesquisas mostram os dois e Nunes embolados na liderança.

O desempenho que o Marçal teve [ao longo da corrida eleitoral] é de alguma maneira o indicativo de que, potencialmente, tem um mercado eleitoral para um candidato mais disruptivo, ou seja, não é necessariamente uma versão bolsonarista moderada que vai prevalecer em 2026, acrescenta Cortez.

Embora o atual prefeito seja apoiado oficialmente por Bolsonaro, Marçal atraiu parte relevante dos apoiadores do ex-presidente com um discurso agressivo e radical.

Nesse contexto, Bolsonaro evitou entrar de cabeça na campanha de Nunes e priorizou apoiar outros candidatos pelo país.

Na última semana de campanha, optou por atos em Vitória (ES), em três cidades do interior paulista (São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá) e finalizou sua atuação no Rio de Janeiro, com compromissos em Angra dos Reis, Duque de Caxias Belford Roxo e na capital fluminense, onde seu candidato, Alexandre Ramagem (PL), pode ser derrotado pelo atual prefeito, Eduardo Paes, ainda no primeiro turno, segundo as pesquisas.

Do lado da esquerda, Cortez avalia que as eleições de 2024 mostraram Lula com menos capital político do que no passado.

O presidente se envolveu pouco nas disputas municipais, se mostrando um cabo eleitoral menos expressivo neste pleito.

A única disputa em que ele esteve um pouco mais atuante foi a de São Paulo, em que marcou presença em dois comícios de Boulos no dia 28 de agosto e no ato de encerramento da campanha no sábado (5/10), na Avenida Paulista.

Em meio a uma forte agenda internacional, com viagens recentes aos Estados Unidos e México, o presidente desmarcou outra atividade que teria com Boulos na cidade no final de setembro.

A atuação eleitoral de Lula, porém, não é vista pelos entrevistados como um preditivo de sua força em 2026.

Há muitos candidatos reclamando da falta de participação do Lula como cabo eleitoral, mas não dá para dizer nada sobre a chance de reeleição com base nisso, afirma Rey.

Diante da esperada força da centro-direita e da direita nas urnas municipais, Cortez acredita que Lula vai promover uma **reforma ministerial**, buscando dividir esse campo, para evitar que ele se consolide em torno de um candidato em 2026.

Hoje, siglas desse espectro político já integram o governo, em uma tentativa de garantir apoio dessas legendas no Congresso, o que nem sempre se confirma.

O PSD comanda três pastas (Minas e Energia, Agricultura, e Pesca), o União Brasil outras três (Comunicações, Turismo e Integração e Desenvolvimento Regional), enquanto Republicanos e PP têm uma cada: respectivamente Ministério de Portos e Aeroportos e Ministério do Esporte.

O PL é o principal partido de oposição e, portanto, não faz parte da Esplanada.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/10/6957222-como-eleicoes-municipais-podem-impactar-as-eleicoes-de-2026.html>

Com reforma política e polarização, partidos ficam mais fiéis a suas ideologias ao formar coligações, indica pesquisa

O alinhamento ideológico entre partidos vem sendo levado mais a sério na hora de formar coligações e cresceu nas eleições municipais deste ano. É o que aponta um estudo feito pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática (INCT ReDem), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O levantamento mostra que desde a **reforma política** de 2017, que acabou com as coligações proporcionais para o Legislativo e estabeleceu a cláusula de barreira, as legendas, em sua maioria, têm feito escolhas para suas coligações municipais para as prefeituras mais alinhadas com seu espectro político.

O fim das coligações proporcionais para vereador implicou na impossibilidade de partidos formarem alianças para eleições de deputados e vereadores, enquanto que a cláusula de barreira estabeleceu que partidos devem atingir um desempenho mínimo nas urnas para garantir o acesso ao financiamento do Fundo Partidário e à propaganda na televisão. No momento, os partidos devem atingir o desempenho mínimo de 2% dos votos válidos (o número era de 1,5% em 2018 e será de 3% a partir de 2030).

O cálculo feito pela pesquisa atribui nota 0, quando não a nenhum alinhamento ideológico entre as legendas que integram uma coligação, e 1, quando há alinhamento máximo. Até 2016, ano do impeachment de Dilma Rousseff, o PT contava com uma taxa de consistência ideológica de apenas 0,259, em razão das várias alianças políticas com partidos de centro e até centro-direita, como PP e MDB, para a formação do governo. Isso já muda um pouco em 2020, quando o partido atinge a taxa de 0,414, e se transforma por completo em 2024, quando alcança o número de 0,764. Em Porto Alegre, por exemplo, a coligação da candidatura de Maria do Rosário à prefeitura traz, além do PT, partido da candidata, apenas partidos de esquerda ou centro-esquerda, são eles: PCdoB, PV, Rede e PSOL. Situação parecida acontece em São Paulo, onde o PT apoia Guilherme Boulos, candidato do PSOL, ao lado dos partidos Rede, PCdoB, PV e PDT.

Por sua vez, o PL já contava com alto índice em 2016, na casa de 0,763. Mantém número próximo em 2020,

com 0,771, e cresce de forma significativa em 2024, atingindo a taxa de 0,924. O número ratifica o impacto da entrada de Jair Bolsonaro no partido, em 2020, que tornou mais difícil a aliança com legendas fora do espectro da direita. Em 2024, a coligação pela candidatura de Alexandre Ramagem, no Rio, conta com PL, MDB e Republicanos. Já em Belo Horizonte, o PL de Bruno Engler chega às urnas na companhia do PP.

Além de PL e PT, partidos como PSTU, PSOL, Novo, Democracia Cristã e Cidadania se destacam pelo alto nível de alinhamento ideológico em suas coligações nas eleições municipais de 2024. Por outro lado, legendas como PSB e PDT são mais propensas a fazer coligações com partidos de campo político oposto ao seu. Isso é comum em legendas que buscam expandir sua base eleitoral.

- O senso comum tende a entender que os partidos são muito inconsistentes ideologicamente. Mas isso é uma meia verdade. Existem partidos em que a ideologia não é um bom orientador das decisões, mas também muitos para qual a ideologia pesa - destaca Fábio Vasconcellos, cientista político do INCT ReDEM e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e responsável pelo estudo. - A reestruturação do sistema partidário brasileiro levou os partidos a repensarem suas estratégias, buscando candidaturas locais eficientes, com candidatos com capacidade para atrair votos. Buscam um bom desempenho na eleição municipal para que isso se transforme em estrutura eleitoral na seguinte, que é a nacional.

Antes da legislação de 2017, uma minirreforma política em 2015 já havia dificultado a criação de novos partidos. Com isso, a tendência atual aponta para uma redução no número de legendas. Neste sentido, acredita Vasconcellos que o aumento da consistência ideológica das coligações não é algo negativo, pelo contrário.

- Acredito que é um dado positivo. Do ponto de vista ideológico, o sistema partidário parece estar se estruturando mais e organizando melhor as escolhas partidárias de coligações nos municípios - revela o

pesquisador. - Essa estruturação é importante para que o eleitor saiba quem é de direita ou de esquerda.

Para o cientista político, além das intervenções legislativas, a ascensão de Jair Bolsonaro a partir de 2018 também é um fator a ser considerado neste maior alinhamento ideológico dentro do espectro político. O estudo mostra que, não por acaso, partidos como o PL de Bolsonaro e o PT de Lula têm registrado aumento significativo no índice de coerência ideológica.

- O nascimento desse fenômeno político e ideológico da extrema direita liderada pelo Bolsonaro também influencia neste processo. Dentro de uma perspectiva de polarização, o estudo mostra que os partidos estão sim se organizando mais à direita e mais à esquerda - conclui Vasconcellos.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/10/04/com-reforma-politica-e-polarizacao-partidos-ficam-mais-fieis-a-suas-ideologias-ao-formar-coligacoes-indica-pesquisa.ghtml>